



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
DEZ DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.**

----- Aos dez dias do mês de março, do ano de dois mil e vinte e dois, no auditório da Junta de Freguesia de Oiã, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- 1 – INÍCIO DOS TRABALHOS -----

----- 1.1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 15/11/2021 -----

----- 2 – EXPEDIENTE-----

----- 3 – INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO -----

----- 4 – ORDEM DO DIA -----

----- 4.1. – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PONTO 1 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 44 – MANDATO 2021/2025 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO [AÇÃO SOCIAL] – DELIBERAÇÃO NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO N.º 2 DO ARTIGO 24.º DO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, ALTERADO PELO D.L. N.º 23/2022 DE 14 DE FEVEREIRO. -----

----- 4.2. – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 43 – MANDATO 2021/2025 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E AS FREGUESIAS DE OLIVEIRA DO BAIRRO, OIÃ, PALHAÇA E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTOS, MAMARROSA E TROVISCAL, E



APROVAÇÃO DA RESPECTIVA MINUTA DE CONTRATO. -----

----- 4.3. – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.-----

----- 4.4. – APRECIÇÃO E ANÁLISE DO ENSINO A POENTE – PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS E SUBSCRITA PELO PSD. -----

----- Os trabalhos foram presididos por **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** e secretariados por **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** e **ELISABETE RESTE REI. -----**

----- Para além do Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, José Carlos Pereira de Almeida Soares, Clara Maria de Jesus Oliveira e Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo.

----- Eram dezanove horas e quinze minutos, quando foi declarada aberta a Sessão. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – após ter dirigido os seus cumprimentos a todos os presentes, conforme convocatória e verificada a existência do quórum, tendo todas as bancadas asseguradas a sua representatividade, informou que ia dar início ao primeiro período da ordem de trabalhos da sessão extraordinária convocada para o local onde se encontravam, nos termos do Regimento em vigor e nesse sentido, quis agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oiã a cedência do auditório, permitindo a realização daquela sessão extraordinária da Assembleia Municipal. -----

----- De imediato passou a palavra ao primeiro secretário, André Chambel para proceder à conferência das presenças das Senhoras e dos Senhores Membros da Assembleia. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – cumprimentou todos os presentes e depois de efetuada a chamada, verificou que não estavam presentes os Membros Luís Sérgio da Silva Pelicano, substituído pelo Membro Marcos Daniel da Silva Martins, Carolina Martins Ribeiro, substituída pelo Membro Miguel Ângelo Pataco Tomás e Ricardo Samuel De Oliveira Regalado, substituído pelo Membro António José Ferreira Bernardo.-----

----- Deu ainda nota que chegariam mais tarde aos trabalhos da presente reunião, o Membro da Assembleia Nuno Ricardo Veloso das Neves Costa Barata, António Pedro Mendes da Silva Campos, João Diogo Vitória. -----

----- Verificou que estavam também presentes o Presidente da Junta de Freguesia de Oiã, Bruno Filipe Teixeira Seabra, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, Simão Moreira Vela, o Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça, Luís Miguel Barros Ruivo e o Presidente da Junta da União das Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, Acílio dos Santos Ferreira. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – informou que de seguida iam apreciar e votar a ata da sessão extraordinária do dia quinze de novembro de dois mil e vinte e um. Para esse efeito, deu nota de que os membros Marcos Martins, António Bernardo e Miguel Tomás não iriam apreciar nem votar a ata, pois não estiveram presentes nessa reunião. -----

----- Questionou os membros da Assembleia de quem pretendia intervir e não havendo pedidos de intervenção, passou à votação do ponto **1.1. - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 15/11/2021** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por Unanimidade, aprovar a Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 15 de novembro de 2021, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi dispensada a leitura da ata suprarreferida, por ter sido previamente distribuída a todos os Membros da Assembleia. -----

----- Concluído este período da ordem de trabalhos, entraram no segundo período da ordem de trabalhos, o EXPEDIENTE onde, resumidamente, deu conhecimento da correspondência desde a sessão ordinária de vinte e quatro de fevereiro até aquele dia e de outras informações relevantes. -----

----- Deu nota que foi recebido um email do ex-membro da Assembleia Municipal, Armando Humberto, agradecendo todas as palavras que lhe foram dirigidas na última sessão da Assembleia Municipal, foi recebida uma comunicação de ausência do Senhor Presidente da Câmara relativamente à segunda reunião da sessão ordinária de Fevereiro, foi recebido um pedido de renúncia de um membro da Assembleia para essa segunda reunião da Assembleia Ordinária e também já para a sessão extraordinária daquele dia, foram recebidas informações da Associação Nacional de Assembleias Municipais, que foram divulgadas por todos os Membros da Assembleia Municipal e informou ainda que foi reencaminhada toda a documentação recebida por parte do Senhor Presidente da Câmara relativamente a pedidos de informação e esclarecimentos de Membros da Assembleia. -----

----- Informou também os membros da Assembleia do falecimento da Senhora La Salette Rosa, esposa do senhor Vítor Rosa, ex-presidente da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, foi recebido um email do Senhor Presidente da Câmara a formalizar, com carácter de urgência, um pedido de convocatória de uma Assembleia extraordinária, procedeu-se à convocatória daquela sessão extraordinária da Assembleia, foram recebidos pedidos de informação por parte de Membros da Assembleia Municipal, uma proposta de recomendação à mesa, em formato digital, que tinha sido apresentada e apreciada na reunião da Comissão Permanente preparatória daquela sessão extraordinária. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Foi solicitado um pedido de parecer jurídico à Comissão Nacional de Proteção de Dados e também à Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Centro, receberam ainda da PROMOB um convite para a abertura no dia dezoito de março, pelas dezoito horas e trinta do primeiro Festival Semente, Festival de Cultura do livro e da Árvore, que iria decorrer na Vila da Mamarrosa nos dias dezoito, dezanove e vinte de março. -----

----- Informou ainda os Senhores Membros da Assembleia da realização, no dia três de março, de uma reunião da Comissão Permanente, e ainda da representação da Assembleia Municipal no concerto de coros no âmbito do 31º aniversário do grupo Coral da Casa do Povo do Troviscal. Deu nota que foi um concerto com muita alegria, com muita gente, casa completamente cheia com a participação de quatro coros, o Orfeão de Águeda, o Orfeão de Vagos, o Orfeão Sol do Troviscal e o Grupo Coral da Casa do Povo do Troviscal. Sobre este concerto referiu ainda que achou a decoração do palco um trabalho extraordinário, criando a sensação de estarem num jardim, com uma pérgula com sebes naturais, uma coisa linda e quis dar nota à Assembleia daquele pormenor, passar a mensagem e ajudar também a própria associação a passar essa mensagem. -----

----- Concluído que estava este ponto, deu início ao terceiro período da ordem de trabalhos, destinada à intervenção aberta ao público, tendo informado que havia uma inscrição por parte do público, a Senhora Lília de Oliveira. -----

----- De seguida, deu a palavra à Senhora Lília Oliveira, informando-a de que dispunha de cinco minutos para a sua intervenção. -----

----- **LÍLIA DE OLIVEIRA** - cumprimentou todos os presentes e informou que na sequência da intervenção na última Assembleia Municipal do Membro da Assembleia Senhor Acácio Oliveira, acerca da qual os elementos da CPCJ, na sua modalidade restrita, teve oportunidade de assistir online, sentiram necessidade de esclarecer algumas questões, uma vez que não se revia, de todo, nas palavras proferidas. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Assim, em sua representação, informou que desde há dois anos que esta CPCJ na sua modalidade restrita, passou a contar com sete elementos, ou seja, acresceram dois elementos resultantes da nomeação da Assembleia Municipal. Informou que, no final do ano, houve a substituição de dois elementos: a representante da Educação e a representante das IPSS com valia residencial. Acrescentou que em momento algum do relatório, remetido para apreciação da Assembleia Municipal, foi descrita a equipa como estando exausta. Pelo contrário, no relatório foi mencionado que, e citou o trabalho desenvolvido pela CPCJ de Oliveira do Bairro do ano de dois mil e vinte e um quer na modalidade da Comissão Alargada, quer da Comissão Restrita, foi na sua opinião muito desafiante, pois o acréscimo de processos do ano em apreço obrigou a que os técnicos se colocassem ainda mais ao serviço do outro antes de pensar em si. Logo o trabalho realizado foi de relevantíssimo valor e traduziu-se no cumprimento das responsabilidades que lhe são acometidas pela Lei de Promoção e Proteção, tendo mesmo sido feito um esforço acrescido, por parte de todos os seus membros. A coesão deste grupo também tem permitido que o trabalho possa ser profícuo, e neste âmbito, quiseram mesmo ressaltar este espírito de entrega do grupo, tendo como princípio norteador da intervenção, o superior interesse da criança.

----- Nesta senda e tendo este princípio basilar presente e todos os outros que norteiam a intervenção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens no acompanhamento dos processos, priorizam sempre que possível, a prevalência da família, sendo o acolhimento residencial a última medida a ser tomada, sempre de forma negociada e com o consentimento dos pais ou seu representante legal. Assim, e de acordo com o aludido critério preferencial de aplicação entre medidas de promoção e proteção possíveis, devem privilegiar-se quando as mesmas forem suficientes, as medidas em meio natural de vida, de forma a preservar as afetividades e o núcleo familiar da criança e do jovem. -----

----- Referiu que a CPCJ é uma entidade de apoio às famílias que deve tentar estabelecer uma relação empática de apoio às mesmas, sendo que só serão remetidos ao Ministério Público para intervenção judicial os processos em que não seja prestado, ou seja retirado o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

consentimento, ou a não oposição da criança a partir dos doze anos, para intervenção, ou para assinatura do acordo de Promoção e Proteção, ou quando haja um incumprimento reiterado do mesmo. -----

----- Disse que concluir que o trabalho da CPCJ é medido através do número de processos com a intervenção judicial, com o recurso a juizes sociais não expressava de todo o trabalho desenvolvido pela CPCJ de Oliveira do Bairro, pelo contrário, podem aferir que o trabalho é profícuo e que o facto de os processos não transitarem para tribunal é sinal de que a relação estabelecida com as famílias tem permitido encontrar respostas e colmatar as situações de risco.

----- Nesta matéria quis também ressaltar que o acompanhamento realizado pela CPCJ e também pelas entidades locais de acompanhamento, nomeadamente o Agrupamento de Escolas, IPSS locais, como as respostas sociais de atendimento e acompanhamento e das respostas de acompanhamento psicoterapêutico (terapia familiar, terapia de casal, educação parental do projeto espaço mudança) tem permitido prevenir e colmatar as problemáticas sinalizadas das crianças e dos jovens do concelho. -----

----- Para além disso, referiu que a Comissão na sua modalidade alargada, tem desenvolvido várias ações de prevenção junto da comunidade educativa para as problemáticas que têm sido identificadas como mais relevantes, tais como a prevenção da violência no namoro e a violência de género, afirmando que irão continuar a desenvolver o trabalho com o mesmo afincamento e dedicação que o fizeram até agora. -----

----- Terminou agradecendo pela atenção e às comissárias, que naquele momento representavam a Comissão, em virtude da sua Presidente se encontrar doente. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu o esclarecimento que a Senhora Lília Oliveira deu à Assembleia Municipal e disse que, relativamente aos trabalhos que foram apreciados, ia ter em conta a apreciação e a necessidade deste esclarecimento que teve, e colocar em Comissão Permanente,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

se calhar, uma forma diferente de apresentar os relatórios, por forma a garantir que o trabalho realizado nessas comissões seja transmitido de uma forma mais esclarecedora. Agradeceu uma vez mais, considerando que foi altamente positivo para os membros da Assembleia Municipal. -

----- Não foi dirigida nenhuma questão ao Senhor Presidente da Câmara, mas mesmo assim, perguntou se este pretendia usar da palavra. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – começou por cumprimentar todos os presentes e sobre esta temática apenas queria enaltecer o trabalho da CPCJ, que conhece e foi conhecendo ao longo destes anos e partilha de algumas das palavras que foram proferidas pela voz da Professora Lília Oliveira que diz efetivamente que devemos, a todo o custo, criar as sinergias e as condições para que as famílias consigam viver de uma forma sã e não se podia rever de outra forma. -----

----- Quanto às questões, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que não esteve presente na última Assembleia e, por isso, não iria proferir qualquer tipo de comentário. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção ao Senhor Presidente da Câmara e informou os membros da Assembleia da chegada do Membro da Assembleia Nuno Barata e do Membro da Assembleia António Campos. -----

----- Questionou para que efeito o Senhor Nuno Barata estava a pedir o uso da palavra, passando-lha de imediato. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – cumprimentou todos os presentes e em função da intervenção trazida pela Senhora Professora, disse ser pertinente fazer dois pedidos à mesa: Num primeiro de que seria muito importante ter o quanto antes a ata da reunião anterior àquela Assembleia Municipal e a ata daquela Assembleia. Depois, se percebeu bem, a interpelação feita pela Senhora Professora, no final disse que era uma intervenção das



Oliveira do Bairro assembleia municipal

comissárias, e considerou importante saber se isso quer dizer que toda a Comissão ou quem eram as pessoas da Comissão que subscreveram a intervenção. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu e disse que ia ter em boa conta a intervenção que fez. De seguida, passou a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Acácio Oliveira para fazer uma interpelação à mesa. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – cumprimentou todos os presentes e a primeira coisa que gostava de colocar à mesa era se naquela altura se podia defender-se ou não sobre a questão que foi colocada em seu nome primeiro. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – respondeu que não podia. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – questionou se era oportuno colocar a defesa da sua honra em relação a uma questão que lhe foi colocada na última Assembleia Municipal. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse para apresentar o pedido de interpelação à mesa primeiro. Questionou o Senhor Membro da Assembleia se queria fazer a defesa da honra relativamente a um assunto e passou-lhe a palavra para esse efeito. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – referiu que na última Assembleia Municipal, como em outras anteriores, mas concretamente na última Assembleia Municipal, foi-lhe dirigida a palavra pelo Senhor primeiro secretário, Senhor André Chambel, em relação à questão do estacionamento e dos parquímetros, e afirmou que tinha na sua posse, naquele momento, a ata em que refere concretamente aquilo que disse e que está escrito em ata e que tanto o Senhor André Chambel, como também o Senhor Presidente da Câmara colocaram em dúvida e, portanto, trouxe ata e se o permitia, lia a ata e aquilo que estava escrito. -----

----- Deu nota que na ata de sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a seis de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

dezembro do ano de dois mil e dezanove foi escrito: “no que diz respeito aos lugares de estacionamento da cidade de Oliveira do Bairro já referidos pelo Presidente da Junta de Oliveira do Bairro, Simão Vela questionou se alguma vez tinha passado pela cabeça de alguém do executivo de colocar parquímetros em locais estratégicos da cidade, podendo ser uma solução que funciona noutros concelhos vizinhos” e questionou, não afirmou como foi colocado nas redes sociais, como foi colocado nos jornais e como foi enxovalhado até agora e até com algumas afirmações que o desrespeitaram e colocaram em dúvida a sua palavra, portanto, esta era a primeira questão que queria deixar. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção ao Senhor Acácio Oliveira relativamente a este assunto e acha que ficou clara a sua defesa da honra relativamente a essa questão. -----

----- Concluído este período, deu início à ordem do dia, com o **ponto 4.1. - apreciação e votação da informação apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, transferência de competências para as autarquias locais no âmbito da ação social**, questionando o Senhor Presidente se pretendia usar da palavra para a apresentação do mesmo. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – passou a palavra à sua colega, Senhora Vereadora Lília Ana Águas, para fazer a apresentação do ponto.

----- **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – começou por cumprimentar todos os presentes e deu nota que a Câmara Municipal trazia uma proposta relativamente à transferência de competências na área da ação social. -----

----- Esclareceu que a proposta vinha no sentido da pronúncia pela não aceitação das competências a um de abril de dois mil e vinte e dois, e prorrogar o prazo para o próximo ano, para janeiro de dois mil e vinte e três, como está explicado na informação a que os Senhores Membro da Assembleias tiveram acesso, e também uma vez que este é um assunto que já foi



Oliveira do Bairro assembleia municipal

debatido ali e noutros fóruns, a verdade era que, no âmbito daquilo que é a descentralização de competências, aceitação por parte dos municípios em várias matérias, a área social tem vindo a ser trabalhada com as duas entidades que, neste momento, prestam este serviço. Esta delegação de competências tem duas prestações de serviço, duas respostas sociais, nomeadamente o RSI e o SAS, já estão a ser realizadas por duas entidades do concelho, duas IPSS, e a transferência de competências é com base em protocolos com as mesmas IPSS para continuarem a prestar esta resposta no concelho. -----

----- A verdade é que, no decurso destes meses e na tentativa de preparação desta transferência, têm sentido algumas dificuldades, nomeadamente por parte da Segurança Social, no que toca à parte logística, à parte da preparação da própria transferência em si, no que toca à não disponibilização atempada das minutas dos protocolos que têm que celebrar com as duas IPSS, relativamente à falta de respostas eficazes quanto aos recursos humanos e quanto à parte do pacote financeiro, apesar de saberem perfeitamente que nunca é de acordo com aquilo que são os valores que as próprias IPSS, que neste momento dão a resposta, apresentam como necessários para a prestação do serviço, quer a parte do serviço informático que é preciso ter para este serviço. -----

----- Nesse sentido, aquilo que o Município entende e que entendem também as duas IPSS do concelho, e em reunião também com as duas IPSS do concelho é que este prazo deveria ser prorrogado e que as respostas continuem a ser prestadas exatamente nos mesmos termos que têm sido até agora. Este serviço é tutelado pela Segurança Social e assim continuará a ser até janeiro de dois mil e vinte e três, de forma a que, de facto, por parte da tutela possam chegar todas as informações necessárias para que o serviço funcione com normalidade, quando passar para o domínio do Município. Terminou afirmando estar disponível para algum esclarecimento adicional. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Vereadora e antes de abrir o período de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

debate, deu nota da chegada do membro da Assembleia João Vitória. Questionou os membros da Assembleia que pretendam inscrever-se para intervir no ponto. -----

----- Verificadas três inscrições dos Membros Ana Rita de Jesus, Almerinda Belchior e Miguel Tomás, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu de imediato a palavra à membro da Assembleia Almerinda Belchior. -----

----- **ALMERINDA NOGUEIRA BELCHIOR** – cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção dizendo que todas as transferências de competências para as autarquias locais devem ser vistas como uma oportunidade para adquirir ou melhorar competências já existentes, numa perspetiva de melhor servir os munícipes, criando, desde logo uma proximidade entre a autarquia, agentes locais e munícipes. Desta forma, e tendo em conta os timings da calendarização para a efetivação das transferências, gostava de ver esclarecidos quais os motivos e fundamentos do sucessivo adiamento até ao limite máximo da aceitação da transferência de competências no domínio da ação local. Referiu que era fácil perceber e aceitar, até compreender a tentativa de elevar o pacote financeiro em questão. No entanto, gostava de perceber quais os motivos para o atraso na criação da Comissão de Acompanhamento e a não disponibilização das minutas dos protocolos, à concretização das transferências, uma vez que é do interesse da tutela que estas se concretizem. Perguntou se a Câmara Municipal questionou o Instituto da Segurança Social sobre o atraso da referida Comissão, qual foi a resposta obtida, quais as diligências efetuadas para que a Comissão fosse criada em tempo útil. -----

----- Pensa que as minutas dos protocolos adaptados às transferências para os municípios dos acordos de colaboração a estabelecer com as IPSS são uma situação transversal a todos os municípios e não uma situação exclusiva do município do concelho de Oliveira do Bairro que não possa ser adaptada de outras já existentes, não lhe parecendo que o motivo de tal dificuldade se devesse ao facto de esta situação ser uma situação em que o concelho seja pioneiro. -----

----- Terminou dizendo que, tendo as IPSS em questão, conhecimento e experiência por



Oliveira do Bairro assembleia municipal

acordos das colaborações já existentes nas áreas do serviço de atendimento e acompanhamento e no do Rendimento Social de Inserção, gostava de ver esclarecido qual ou quais os motivos pelos quais se havia uma transferência que lhes traria mais benefícios e meios, ao mesmo tempo que seria beneficiada a ligação entre os serviços e uma maior proximidade com a Câmara Municipal. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Membro da Assembleia, Almerinda Belchior e de seguida passou a palavra à Senhora Membro da Assembleia, Ana Rita de Jesus. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – cumprimentou todos os presentes e afirmou que a área de ação social é, sem qualquer dúvida, a área de intervenção mais exigente, mas também a mais próxima, é aquela que tem maior implicação direta na vida das pessoas e que em muito contribui para assegurar a qualidade de vida de cada um que se encontra abrangido por esta área de atuação. Embora a solução possa ser um desafio, este desafio deve ser ponderado e balanceado de forma a que não prejudique a sua concretização, dando nota de que o que vem à Assembleia Municipal é tão somente a tomada de posição de toda a estrutura que constitui a rede de intervenção na área social no que a estas competências diz respeito, que pela voz do Município se manifesta favorável ao adiamento da assunção de competências.-----

----- Disse que as IPSS em causa, a Santa Casa da Misericórdia e o ABC de Bustos são perentórias na sua resposta face ao ponto de situação que se encontra descrito na informação que foi enviada para todos os membros da Assembleia Municipal, não obstante a pró-atividade quer das IPSS quer do Município que, junto do Instituto da Segurança Social, tentam e tentaram obter resposta às suas pretensões, assim como a garantia da disponibilidade dos fundos financeiros que permitam manter e melhorar o nível de exigência e de qualidade na prestação de serviços que esta área impõem. -----

----- Mencionou que esta pró-atividade esbarrava com a inércia e com os atrasos sucessivos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

por parte da mesma entidade, que não davam garantia da assunção plena desta competência por parte do município e a maior garantia que se deve ter é aquela que suporta a certeza de assegurar a continuidade, assim como a melhoria dos serviços e apoios prestados aos cidadãos no âmbito da ação social, sem prejudicar os mesmos nem deixar de fora quem, por razões várias, recorre a este apoio. Assim, atendendo à enorme importância que a área da ação social tem na vida de quem a ela recorre, assim como atendendo à opinião linear e taxativa emitida pelas IPSS visadas nesta mesma área de intervenção, o grupo municipal do CDS PP votará favoravelmente a não assunção das competências por parte do Município na ação social. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Membro da Assembleia Ana Rita de Jesus e de seguida passou a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Miguel Tomás. -----

----- **MIGUEL ÂNGELO PATACO TOMÁS** – começou por cumprimentar todos os presentes e o comentário que a bancada do Partido Socialista tinha a fazer relativamente a esta transferência de competências era favorável, embora houvesse uma nuance que queriam questionar e que dizia respeito aos montantes a transferir anualmente para as instituições que prestam o serviço e questionar objetivamente se está previsto que o valor a disponibilizar anualmente possa sofrer atualizações em função do próprio contexto económico e social que têm vindo a sofrer, e em função também dessas alterações que têm vindo a confirmar são recorrentes, perceber se havia folga para poder suportar ou disponibilizar às instituições mais meios financeiros para garantir o apoio necessário junto da população, sendo apenas essa questão que queria ver esclarecida.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção ao Senhor Membro da Assembleia Miguel Tomás e terminada esta ronda de intervenções, questionou o Senhor Presidente da Câmara se pretendia usar da palavra. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que a Senhora Vereadora Lília Ana Águas ia responder às questões.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – passou a palavra à Senhora Vereadora Lília Ana Águas.-----

----- **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – disse que ia tentar esclarecer os Senhores Membro da Assembleias da Assembleia Municipal, acrescentando que a decisão foi conjunta e concertada, como têm vindo a ser todas no âmbito da delegação de competências da descentralização, quer nas outras matérias quer na área da ação social, tem vindo a ser trabalhada junto da Segurança Social e junto das duas IPSS, que neste momento e que queremos que continuem, são as duas que têm estas respostas sociais e, portanto, não é uma decisão por iniciativa nunca do Município, é uma decisão tomada concertadamente, tanto que fizeram questão de juntar também a pronúncia das duas instituições acerca da aceitação ou não da prorrogação do prazo.-----

----- Referiu que não é em momento nenhum e agora também não seria a não aceitação por causa do pacote financeiro por causa de uma diferença financeira, tem a ver com outras questões, nomeadamente com a Comissão de acompanhamento que a Segurança Social até ao momento ainda não indicou e sem ela não poderiam implementar e começar a trabalhar, e também porque não têm protocolos que eventualmente poderiam contornar e fazer os protocolos como fazem, porque o podem fazer, mas a verdade é que aquilo que é o ponto essencial é que não têm o sistema informático implementado e sem sistema informático não conseguem a realização deste trabalho. Mencionou que neste momento, o sistema informático é da Segurança Social, eles inserem as próprias IPSS, inserem os dados nessa tal plataforma e isto é tudo calculado com a Segurança Social e reiterou que essa plataforma, esse sistema informático tem de passar para o Município e até à data não passou, portanto, não há desenvolvimento nenhum ao longo destes meses acerca de questões práticas de implementação desta descentralização de competências.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Assumi que reuniu várias vezes com a Segurança Social, e para responder à Senhora Membro da Assembleia, que ao longo destes meses, pediu várias reuniões, foi à Segurança Social, pediu documentação, deu sempre nota disso às duas IPSS que tem esta resposta e, portanto, tentaram de tudo, e até tentaram fazer minutas de protocolo, fizeram minutas de protocolos que enviaram para a Segurança Social para saber se concordavam ou não com as minutas de protocolos. A verdade é que chegaram ao ponto que chegaram e se a própria tutela diz que há esta possibilidade de prorrogação do prazo e, é verdade que isto é uma situação transversal aos outros Municípios, não há condições para esta aceitação.-----

----- Dirigiu-se ao Senhor Membro da Assembleia Miguel Tomás, e relativamente à margem das verbas, esclareceu que as verbas estão definidas em mapa, mas são definidas anualmente de acordo com aquilo que são os beneficiários inscritos, existe um valor fixo e depois é de acordo com os beneficiários e depois há uma majoração que é a maior preocupação que são os apoios eventuais, e aí é que, de facto, a Segurança Social não dá margem. Neste momento, eram esses que estavam a ter maior procura porque o RSI e o SAS tem o serviço direitinho, mas os apoios eventuais não, porque à medida que vão aparecendo, são validados pela Segurança Social e a procura tem sido muita.-----

----- Acrescentou que a Segurança Social não dava margem para além daqueles valores que estavam previstos, e o futuro também a Deus pertencia, e todos anos negociam para que venha mais dinheiro e quanto mais dinheiro vier, mais dinheiro, investem, neste caso, na ação social. Disse que não sabia se isto ia ser uma concretização, mas uma coisa que sabiam era que o Executivo, enquanto aqui estivesse, não faltaria, se a tutela faltasse daquilo que são verbas para a ação social no concelho, o Município estaria aqui com a responsabilidade para supri-las, têm-no feito nas IPSS, através do regulamento, quer com apoios pontuais, quer com os apoios de estrutura, quer em situações excecionais, portanto, é assim que vão continuar a trabalhar e a trabalhar para que haja equidade e melhores condições de vida para todos no concelho. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

FERREIRA – agradeceu a intervenção à Senhora Vereadora. De seguida, questionou os membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra para uma segunda intervenção. Uma vez que não houve pedidos de intervenção, passaram à votação do ponto **4.1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 44 – MANDATO 2021/2025 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO [AÇÃO SOCIAL] – DELIBERAÇÃO NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO N.º 2 DO ARTIGO 24.º DO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, ALTERADO PELO D.L. N.º 23/2022 DE 14 DE FEVEREIRO.**-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por Unanimidade, não pretender que o Município exerça a partir de 1 abril de 2022, as novas competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/202, de 12 agosto (Ação Social), exercício que terá lugar a partir de 1 de janeiro de 2023, nos termos e com os fundamentos constantes da Informação/Proposta n.º 44 – Mandato 2021/2025 do Presidente da Câmara, datada de 25 de fevereiro de 2022, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais. -----

----- Concluído este ponto, deu início ao ponto seguinte da ordem do dia, o **ponto 4.2. - apreciação e votação da proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, autorização para celebração de contratos de delegação de competências entre o Município de Oliveira de Bairro e as quatro freguesias, para limpeza urbana e gestão de combustíveis de terrenos municipais.** -----

----- Questionou o Senhor Presidente se pretendia usar da palavra para apresentação do ponto. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – dirigiu-se aos Membros da Assembleia Municipal que antes de fazer esta proposta, quer ao Executivo



Oliveira do Bairro assembleia municipal

quer depois para remeter à Assembleia Municipal, houve uma conversa prévia com os Senhores Presidentes de Junta primeiro para saber da sua intenção de manter este tipo de competências que são delegadas pelo Município e para lhes dizer que face a algumas dificuldades do passado, que era essencial fazer provavelmente alguns ajustamentos, tornando estes acordos de execução um pouco mais flexíveis no que toca, nomeadamente à utilização de alguns destes bens, destes prédios que venham a ser utilizados pelo Município e também por algumas dificuldades que existem face às condições climáticas na limpeza de alguns, tendo sido essa situação incluída, foram revistos todos os imóveis, foi feito um estudo económico-financeiro, tendo em atenção o passado, e em particular contratos que o Município tem para gestão das faixas de combustível, ou seja, situações muito mais duras do que a limpeza destes terrenos, que se trata de mera limpeza de ervas, de corte fácil e utilizando também um pouco aquilo que as freguesias já tem, que já estão dotadas de alguns equipamentos dando também essa possibilidade face à sua proximidade de tratar estes terrenos que são municipais. -----

----- Esclareceu que se os Senhores Membro da Assembleia questionarem se o Município tem capacidade para os tratar, tem perfeita capacidade, tem equipamentos para isso, mas se eles não estiverem a ser ocupados na limpeza destes terrenos, estarão certamente a ser ocupados em outras valências e, como tal, face também a um historial que existe de trabalho das freguesias, entendeu por bem fazer a proposta da manutenção do mesmo. -----

----- Alertou que, como é óbvio, este protocolo, este contrato interadministrativo que será assinado entre o Município e as Juntas de Freguesia, depois das devidas aprovações, terá depois também um acompanhamento um bocadinho mais incisivo, no que torna a este mandato, mas nada de extraordinário, até porque reconheceu publicamente que o grande trabalho foi feito no mandato anterior, agora é só fazer manutenção, tornando-se mais fácil. -----

----- Terminou agradecendo ao Senhor Presidente e mostrando-se ao dispor para qualquer tipo questão que possa existir. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção ao Senhor Presidente da Câmara. De imediato, abriu o debate do ponto e questionou os membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra. -----

----- Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – informou que tinha a inscrição dos Membros da Assembleia José Cotrim e Acácio Oliveira. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – deu a palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – solicitou informação ao Senhor Presidente da Câmara sobre uma questão que deixou alguma dúvida, relativa à cláusula nove no apoio técnico, dizendo que não havia recursos humanos e por isso estava excluído, mas no apoio técnico gostariam que desenvolvesse um pouco mais sobre que tipo de apoio técnico é que vão facultar dentro deste protocolo que vai ser assinado. Outra questão que acharam muito importante e já tinha sido falado no anterior ponto, mas era pertinente voltar a falar nele, e estava contemplado na cláusula dezoito que era a modificação do contrato. Disse que a modificação do contrato tanto pode ser de uma parte como de outra, mas naturalmente que da parte das Juntas não iria haver essa questão, até porque estavam a fazer um trabalho de proximidade, a desenvolver um trabalho de excelência e, aquilo que se colocava era mais da parte do executivo, como já foi dito, tudo estava a subir, tudo estava a ser muito acelerado, em relação aos preços dos materiais e até mesmo o custo pessoal, se podia ou não haver por parte da Câmara e do Executivo uma contemplação, a um dado momento, chamarem os Senhores Presidentes e falarem sobre esta questão que acharam pertinente falar. -----

----- Agradeceu pelo uso da palavra e antecipou a tendência de voto, dizendo que votariam a favor. - -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

FERREIRA – agradeceu a intervenção ao Senhor Membro da Assembleia, e para concluir a ronda de intervenções, deu a palavra ao Senhor Membro da Assembleia José Cotrim. -----

----- **JOSÉ HENRIQUE COTRIM LARANJEIRA** – começou por cumprimentar todos os presentes e fez uma pequena menção à intervenção da Senhora Professora Lília Oliveira, que era bastante pertinente e demonstrava a atenção que era prestada às assembleias. -----

----- Relativamente a este contrato de delegação de competências, questionou o Senhor Presidente da Câmara se estava incorporado o aumento de preços expectável na prestação do serviço, dado a conjuntura inflacionária que se prevê, se a autarquia monitorizava o trabalho feito, se havia registos de incumprimento no passado por parte das Juntas de Freguesia e se a área de terreno em cada freguesia era igual a anterior ou existiu alguma variação. -----

----- Deu uma última nota relativa a uma dúvida levantada na última Assembleia de Freguesia de Oiã, na qual esteve presente em conjunto com o Senhor Vice-Presidente, lastimavelmente os únicos presentes com representação na Assembleia Municipal, que ocorreu no passado dia três de março e foi aprovada a assinatura do contrato de delegação de competências da gestão do auditório e sala de exposições da Junta de Freguesia de Oiã e no debate do ponto, a bancada do CDS questionou o facto de se assinar um novo contrato, embora no orçamento já aprovado, essa verba estivesse incluída, e também o facto de já haver uma autorização genérica prévia, a atual secretária da Junta de Freguesia interveio para informar que, sendo jurista, poderia esclarecer devidamente dado ter analisado o contrato.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – interrompeu a intervenção do Senhor Membro da Assembleia José Cotrim, alegando que era completamente despropositada do ponto, e que na próxima Assembleia Ordinária, no período antes da ordem do dia, teria todo o tempo para explanar esta questão. Esclareceu que era uma Assembleia Extraordinária e por isso, só podiam debater os assuntos que estavam no ponto na ordem de trabalhos, pedindo-lhe que, se não tinha mais nada a dizer



Oliveira do Bairro assembleia municipal

sobre o ponto, concluiu a sua intervenção. -----

Disse que percebeu a pertinência da sua intervenção, mas achava que aquele não era o dia, nem o momento, nem o ponto e esperava que compreendesse a sua decisão. Questionou, novamente se tinha mais alguma coisa a dizer sobre o ponto e se não tivesse, pediu que concluisse a sua intervenção. -----

----- **JOSÉ HENRIQUE COTRIM LARANJEIRA** – agradeceu as palavras ao Senhor Presidente, na sua opinião considerou que fazia sentido aquela intervenção, mas agradeceu e concluiu, uma vez que não podia continuar aquilo que tinha explanado para informar. -----

----- Concluída esta ronda de intervenções sobre o ponto, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – questionou o Senhor Presidente da Câmara se pretendia usar da palavra para esclarecimentos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – aproveitou para responder a duas questões sobre a questão do ajustamento financeiro. Esclareceu que, e teve o cuidado de esclarecer isso com os Senhores Presidentes de Junta, quer nos contratos, que já não são contratos, já passou mesmo em definitivo, e só fizeram um acordo de passagem de valores face às competências, e com os Senhores Presidentes de Junta de fizeram um estudo económico um pouco ali em cima também da reunião e explicar a forma como as coisas acontecem. Há uma regra basilar simples para estes acordos e um deles é ter justiça financeira, realçando que podem fazer as contas de duas formas, podem fazer as contas pelo procedimento se efetivamente contratualizarem com uma entidade terceira para fazer estes trabalhos ou então podem fazer se o próprio Município o fizesse com os seus meios, de acordo com as amortizações, o gasto de gasóleo e um conjunto de circunstâncias. -----

----- Afirmou que quem trabalha com um equipamento ou com uma máquina facilmente chega à conclusão que estes valores estavam perfeitamente confortáveis neste momento, mesmo com a subida dos preços de combustíveis, mesmo com a subida de uma série de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

equipamentos, chegaram a essa conclusão e naturalmente que está minimamente preparado, e já tem dito aos Senhores Presidentes de Junta em outras circunstâncias, que têm de relações, que sempre estará disponível para fazer os devidos ajustamentos sem qualquer tipo de problema, só se o Município também não poder, se o Município não tiver e também tiver os seus cortes e os seus problemas, depois tinham que dividir entre todos, mas não era o caso, e também acredita que isso não tenha que existir. -----

----- Relativamente ao apoio técnico, disse que era uma questão muito simples, era muito fácil compreender que, em muitas circunstâncias, no que toca até a algum tratamento sobre algumas árvores que existam, o gabinete técnico florestal acompanha, fê-lo assim na Palhaça em alguns locais, tem acompanhado também o Engenheiro Araújo em outras circunstâncias, nomeadamente no que toca à manutenção, é feita uma fiscalização regular e dirigiu-se ao Senhor José Cotrim, que de facto no passado tiveram algumas dificuldades, por isso é que também fizeram ajustamentos neste acordo de delegação de competências para suprir essas dificuldades porque chegaram à conclusão que as Juntas de Freguesia não conseguiam cumprir alguns dos seus compromissos, não por sua culpa, mas por culpa de condições climáticas que não ajudavam a cumprir e então foram colocadas salvaguardas exatamente nesse sentido, para que os técnicos também pudessem aí avaliar devidamente. -----

----- Concluiu dizendo que pensava ter respondido a todas as questões que lhe foram colocadas. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. De imediato, questionou novamente os Senhores Membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra para uma segunda ronda de intervenções. Uma vez que não houve pedidos do uso palavra, colocou a votação o ponto **4.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 43 – MANDATO 2021/2025 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E AS FREGUESIAS DE OLIVEIRA DO BAIRRO, OIÃ, PALHAÇA E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTOS, MAMARROSA E TROVISCAL, E APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA DE CONTRATO. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por Unanimidade, aprovar o seguinte: ----

1.º - Aprovar a celebração, para o período que medeia entre a respetiva outorga e o termo do presente mandato (2021/2025), de Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Oliveira do Bairro e as Freguesias de Oliveira do Bairro, Oiã, Palhaça e União das Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, para limpeza urbana e gestão de combustível de terrenos municipais; -----

2.º - Para efeitos do ponto anterior, autorizar, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a autorização da assunção dos compromissos plurianuais, nos termos seguintes: -----

Freguesia	Área (ha)	2022	2023	2024	2025
Oiã	3,432	4.461,08 €	4.461,08 €	4.461,08 €	4.461,08 €
Oliveira do Bairro	1,999	2.598,57 €	2.598,57 €	2.598,57 €	2.598,57 €
Palhaça	4,868	6.328,27 €	6.328,27 €	6.328,27 €	6.328,27 €
União de Freguesias	4,455	5.790,85 €	5.790,85 €	5.790,85 €	5.790,85 €
Total Geral	14,753	19.178,77 €	19.178,77 €	19.178,77 €	19.178,77 €

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na rubrica do PAM 2018-A-11 ("Freguesias: Acordos de execução"), com a classificação orgânica/económica 0102/04050102 (Transferências Correntes para freguesias) do orçamento municipal, aprovado pela Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro para o ano de 2022; -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

3.º - Aprovar a respetiva minuta de contrato de delegação de competências entre o Município de Oliveira do Bairro e as Freguesias, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais;

----- Concluído este ponto, deu início ao ponto seguinte da ordem de dia, o ponto **4.3.**

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. -----

----- Questionou o Senhor Presidente da Câmara se pretendia usar da palavra para apresentação do ponto. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que por se tratar de uma lista de pessoas, não carecia de mais nenhuma apreciação. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara e questionou os Senhores Membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra e uma vez que também não houve inscrições, estavam em condições de colocar a votação o ponto **4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por Unanimidade, nomear, nos termos propostos pela Câmara Municipal, como representantes para integrar o Conselho Municipal de Educação: -----

- Presidente da Câmara Municipal – Dr. Duarte dos Santos Almeida Novo; -----

- Presidente da Assembleia Municipal – Dr. Carlos Manuel Ferreira Ferreira; -----

- Vereadora da Educação – Dr.ª Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas; -----

- Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das



Oliveira do Bairro assembleia municipal

freguesias do concelho – Dr. Simão Vela (Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro);-----

- Representante da Direção Regional de Educação do Centro – Dr.^a Cristina Fernandes Oliveira;

- Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – Dr.^a Alexandra Rodrigues, da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional; -----

- Diretor do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Dr. Álvaro Pires dos Reis; -----

- Representante do pessoal docente do Ensino Secundário Público – Dr.^a Lília Maria dos Santos Filipe; -- -----

- Representante do pessoal docente do Ensino Básico Público – Dr. Carlos Alberto Dourado Freitas; -----

- Representante do pessoal docente da Educação Pré-Escolar Pública – Dr.^a Maria Esperança das Dores Gomes; -----

- Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Dr.^a Fátima Cristina Batista Pires; -----

- Representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação – Sérgio André Marques (APEJOB – Associação de Pais da EB1 de Oliveira do Bairro) e Anabela Almeida (APECEBOL - Associação de Pais da EB23 Dr. Acácio de Azevedo); -----

- Representante das Associações de Estudantes – José Luís Pinho e Sá Pereira (Associação de Estudantes da Escola Secundária de Oliveira do Bairro);-----

- Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvem atividades na área da Educação – Dr.^a Maria Helena Reis Pires Morais dos Santos Réu (Centro Social de Oiã); -----

- Representante dos Serviços Públicos de Saúde – Enf.^a Maria Manuela Henriques Pereira Ferreira (Enfermeira de Saúde Pública);-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

- Representante dos Serviços de Segurança Social – Dr.^a Fátima Helena Pereira (Instituto de Solidariedade e Segurança Social);-----
- Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional – Dr. José António Gomes (Centro de Emprego de Águeda); -----
- Representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e do Desporto – Dr. Luís Jorge Fardilha; -----
- Representante das Forças de Segurança – Comandante do Posto Territorial de Oliveira do Bairro, Primeiro Sargento Filipe Bastos Ribeiro;-----
- Representante do Conselho Municipal da Juventude – Dr. Ricardo Regalado. -----

----- Concluído este ponto, deu início ao último ponto da ordem do dia, o ponto **4.4 - APRECIÇÃO E ANÁLISE DO ENSINO A POENTE – PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS E SUBSCRITA PELO PSD.** -----

----- Antes de abrir o período de discussão do ponto, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – quis esclarecer que todos sabiam que todas as sessões da Assembleia Municipal Ordinárias e Extraordinárias foram até à data, convocadas por iniciativa do Senhor Presidente da Assembleia, em articulação e colaboração institucional com o Senhor Presidente da Câmara e ouvida a Comissão Permanente e assim iria continuar.-----

----- Todos sabiam também que o Senhor Presidente da Assembleia sempre incluiu todos os pontos da ordem do dia propostos previamente pelo órgão executivo, que constitui poderes de quaisquer Membros da Assembleia, individualmente ou coletivamente, requerer a discussão de quaisquer matérias relacionadas com atribuições do município, que a inclusão deste ponto na ordem do dia foi proposta pela bancada do PSD e subscrita a sua inclusão pela bancada do PSD, em reunião da Comissão Permanente, e que estas duas bancadas representam a maioria da Assembleia Municipal. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Acrescentou a isto que a importância do assunto, a relevância, a reflexão, os esclarecimentos das matérias relacionadas com o ensino a poente, e tendo em consideração tudo aquilo que referiu anteriormente, acolheu a pretensão do órgão executivo e em simultâneo a pretensão da bancada do PSD, nos termos acordados na Comissão Permanente do PS. Afirmou ainda que o Presidente da Assembleia tem sido até à data, e iria continuar a ser, um agente com disponibilidade total, justiça com equilíbrio, quer com o órgão executivo quer para com todos os membros da Assembleia Municipal.-----

----- Concluído este esclarecimento inicial porque era devido, e naquele mandato foi a primeira vez que se incluiu um ponto na ordem do dia por iniciativa de uma bancada e foi por isso que fez este esclarecimento inicial. De seguida, questionou a bancada do PS se pretendia usar da palavra para apresentar o ponto e deu o uso da palavra ao Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – disse que tinham apresentado uma proposta de recomendação em sede de Comissão Permanente, apoiada pela bancada do PSD, a qual ia ler e naturalmente que depois todos teriam questões a colocar. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – interrompeu a intervenção para dizer que achava que tinha ficado claro na Comissão Permanente para todos os que estavam presentes, que a proposta de recomendação apresentada naqueles termos não poderia ver ser discutida na Assembleia. Nesse sentido, aquilo que propôs foi que reformulasse a sua pretensão, no sentido de não incluir documentação nenhuma e reformular a introdução do ponto. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – disse que se expressou mal e tinha outra proposta.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – esclareceu que aquela proposta na altura foi recusada, e liminarmente logo por ele, e na altura disse que estava disponível para que o ponto fosse incluído noutros termos, porque



Oliveira do Bairro assembleia municipal

nos termos apresentados era impossível. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – explicou que se tinha expressado mal e pediu desculpa pela expressão de proposta de recomendação. -----

----- Continuou a sua intervenção dizendo que, reconhecendo que a educação e a formação são fatores insubstituíveis no desenvolvimento económico, tecnológico e de coesão social do desenvolvimento pessoal e do exercício pleno da cidadania enquanto processo educativo, considerando que a educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e do respeito pelos outros em espírito democrático e pluralista, crítico e criativo, necessitam de um plano estratégico para o ensino no concelho a longo prazo, necessitam de uma carta educativa, que seja o quanto antes atualizada, de um parecer do Conselho Municipal de Educação sobre esta matéria que está na ordem de trabalhos. -----

----- Referiu que também necessitam de um esclarecimento sobre se neste processo falharem as negociações com os administradores de insolvência, se existe um plano B para resolver esta questão, que pode tardar por várias razões que não aquelas que o executivo possa estar a contar que sejam assim tão certas ou tão confirmadas quanto possam parecer. -----

----- Considerou que também era importante saberem se todos os registos estão concretizados, isto é, aquilo era só um artigo urbano e ia dar origem a dois lotes, portanto, havia uma divisão no levantamento topográfico, que ficava uma parte de um lado e outra parte do outro. Questionou se essas frações ou esses lotes iam ser ou não registados e os valores de cada um deles, se isso já está ou não feito nas finanças e na conservatória, para que, se no caso de não haver acordo com os administradores de insolvência, possa seguir os seus termos litigiosos e haver com outra dimensão a requisição daquele imóvel por via litigiosa e interesse público. -----

----- Deixou estas questões primeiro e disse que depois se não ficar devidamente esclarecido, colocaria outras ao executivo. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Senhor Membro da Assembleia Acácio Oliveira, pela sua apresentação do ponto. De seguida, questionou os membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra, abrindo desta forma o período de debate deste ponto. Verificando-se apenas uma inscrição, deu a palavra de imediato ao Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – começou por cumprimentar todos os presentes e esclareceu que o PSD subscreveu a proposta apresentada pelo PS em sede da Permanente, pelo motivo muito simples de serem um partido responsável, atento às necessidades do concelho preocupado com o futuro do ensino na zona poente do concelho. Informou que o posicionamento do PSD é inequívoco e voltou a dizer que desde que fomos confrontados com a denúncia do contrato, com o decorrer do leilão e com urgência da postura estratégica que o executivo municipal tinha em relação a este processo, o PSD defendeu e continua a defender, irá sempre defender a bem de um acesso equilibrado e justo ao ensino no próximo ano letivo, a continuação do ensino na zona poente e a continuação do mesmo naquele espaço. -----

----- Acrescentou que é por quererem que esse processo tenha um bom fim, que entendem que o mesmo seja abordado em sede de Assembleia Municipal e que as dúvidas que o PSD tem sejam efetivamente esclarecidas para que estejam todos imbuídos no mesmo espírito estratégico para o sucesso da continuidade no acesso ao ensino naquele espaço. -----

----- Voltou a questionar que a notificação da denúncia do contrato de arrendamento, tem data de vinte e dois de julho de dois mil e vinte e um porque é que no anterior mandato não foi dado conhecimento em sede da reunião de câmara aos Vereadores do anterior Executivo, porque é que no anterior mandato não veio também essa informação espelhada na atividade municipal em sede de Assembleia Municipal, porque é que não se negociou logo a compra daquele espaço e se optou pela sua expropriação, e porquê tanto tempo, sabendo-se da pertinência da resolução desta situação e sabendo-se do período eleitoral que se avizinhava, porque é que não se encetou desde essa altura, a concordância dos diferentes partidos para a estratégia definida pela Câmara



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Municipal. -----

----- Questionou também neste mandato que foi admitido, qual era o ponto de situação em relação à proposta de negociação, se a mesma já foi feita e se foi por que valor, e em relação ao processo de expropriação se já deu entrada e qual o ponto de situação. -----

----- Perguntou se os senhores do Executivo Municipal, na pessoa do Presidente da Câmara Municipal, estavam em condições de continuar a garantir de forma efetiva a continuidade do ensino na zona poente do concelho naquele espaço, em que modelo, se já de forma autónoma ou ainda como extensão e, desta última Assembleia Municipal, em que o assunto foi abordado em dois períodos, no período antes da ordem do dia e na atividade municipal, o que aconteceu desde aí até agora, qual é que tem sido a estratégia da Câmara Municipal, que prazo têm pela frente, para garantir a oferta educativa naquela zona do concelho, e por último, se porventura falhar essa estratégia, como é que seria a alternativa que os Senhores tinham pensada, se era a alternativa apresentada pela Senhora Vereadora da Educação na última Assembleia Municipal como modelo da requisição de bens imóveis, como é que funcionava este tipo de ação, quais eram os timings dela, se haveria outra alternativa. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção ao Senhor Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira. Concluída esta ronda de intervenções, questionou o Senhor Presidente da Câmara se pretendia usar da palavra. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que ia dividir a intervenção e as explicações com a Senhora Vereadora Lília Ana Águas e ia dar prioridade à Senhora Vereadora. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara e passou a palavra à Senhora Vereadora. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – disse que ia tentar esclarecer, que era um assunto de grande importância para o concelho e um assunto tão delicado, que quando falam em estratégia na área da educação, acha extraordinário questionar se têm ou não estratégia, quando desde 2017, andam a trabalhar para que no âmbito da estratégia, os alunos do concelho, neste momento, quinhentos alunos do concelho tenham o acesso nas mesmas condições que o resto do concelho.-----

----- Quis dizer o seguinte relativamente à estratégia, que podem falar na estratégia e vão falar só no segundo e terceiro ciclo, porque senão podem falar a noite toda na estratégia no pré-escolar, na estratégia do primeiro ciclo, na estratégia do segundo ciclo, na estratégia do secundário e agora na estratégia do Município no ensino superior no concelho. Mas, como estão a falar do ensino a poente, vão falar no segundo e terceiro ciclo, e disse ao Senhor Membro da Assembleia Acácio Oliveira que a estratégia era muito clara. Existe uma escola de segundo e terceiro ciclo em Oliveira do Bairro, existe uma escola segundo e terceiro ciclo em Oiã e, portanto, querem uma escola de segundo e terceiro ciclo na zona poente, assumindo ser essa a estratégia.

----- Clarificou que a escola foi encerrada, e aquilo que fizeram assim que este executivo chegou foi reabrir e era essa a estratégia, que a escola continue aberta, não de forma precária, não com uma intenção de uma tutela, de uma entidade diferente das nossas, mas que esteja naquilo que são as competências na área da educação e da descentralização, e que esta autonomia seja definitiva e que as famílias da zona poente do concelho tenham a segurança de que aquela escola não sairá neste ano, nem no próximo, nem no seguinte, que era esta a situação que estava e como todas as famílias precisam de fazer contas, precisam de planear a sua vida, precisam de pôr os filhos na escola, precisam de comprar casa, criar emprego, é preciso esta estabilidade e é para esta estabilidade que estão a trabalhar e têm estado a trabalhar e continuam a trabalhar, considerando ser coesão territorial, e pensa que está mais que claro, ao longo destes anos, acerca daquilo que são as opções nesta área. -----

----- Deu nota também de que o estabelecimento de ensino será com autonomia, será com



Oliveira do Bairro assembleia municipal

tipologia T18, será com as condições que a DGEstE veio definir, será com a requalificação que a DGEstE vem exigir e farão tudo o que estiver ao alcance do Município para que seja uma escola com futuro, e não uma escola com tempo limitado, como estava na situação do contrato de arrendamento, e estava em contrato de arrendamento, porque não tinham a segurança da tutela de que poderiam continuar a ter uma escola e, portanto, a qualquer momento poderia encerrar e, naturalmente, não iriam ter um edifício que só serve para aquilo no domínio do Município, quando depois não tinham autorização para ter lá o ensino, que foi efetivamente aquilo que aconteceu com o IPSB, cortaram um contrato de associação, ficaram com o edifício lá e ficaram com tudo e as pessoas viram-se com a vida completamente baralhada de uma hora para a outra.

----- Explicou ainda que não era isso que queriam e, nesse sentido, aquilo que fizeram foi encetar todos os esforços para que a tutela garantisse a autonomização de um estabelecimento de ensino a poente, tendo sido esse o primeiro passo e que tem vindo a ser dado durante estes três anos, e só quando têm esta segurança é que podem avançar com o seguinte. Naturalmente, esta autonomia só veio depois de provarem à tutela que afinal uma escola a poente era necessária, que afinal aqueles quinhentos alunos daquele lado também tinham o mesmo direito que estes, que afinal os encargos financeiros que estavam a ter prejudicavam não só o Município, mas também todas as famílias de uma forma transversal, tiveram de o provar e isto não se provava de uma hora para a outra, era preciso um ou dois anos letivos, até que a tutela diga afinal é preciso. E depois perguntam como é que vamos fazer. Questiono o que os senhores têm agora? É preciso a garantia do edifício, dando nota que a tutela não vem cá fazer escolas e que a Educação não dá dinheiro. -----

----- Disse que os mapas financeiros são como são, e portanto, se querem uma escola e autonomia, a tutela diz que sim mas têm que pagar tudo. Não contem connosco até porque ainda estamos à espera que venham fazer a requalificação da secundária, que veio do contrato interadministrativo de dois mil e quinze, e aquilo que o Município disse era que estavam cá. ----

----- Referiu que era o interesse do concelho, era o interesse das famílias, era o interesse



Oliveira do Bairro assembleia municipal

das crianças, o Município está cá e, portanto, vai fazer o que for necessário e, para isso, seria necessário garantir um estabelecimento, garantir o edifício, o equipamento e o edifício só podiam garantir de duas formas, ou com a aquisição por via particular, ou pela expropriação se não houvesse entendimento, também não lhe parece grande dificuldade em entender isso, e foi isto que fizeram e o que queria que ficasse esclarecido de uma vez por todas é que foi sempre em articulação com o agrupamento de escolas e com a DGEstE. Afirmou que não fizeram nada, não houve email, não houve telefonema, contacto, decisão, comunicação, o que seja sem estas entidades saberem, se comunicaram a Assembleia Municipal, se não comunicaram, as primeiras pessoas a saber era a DGEstE, nós somos Município, mas a DGEstE também manda em nós e, portanto, se ela disser aguentem, negoceiem, vão aqui, vão acolá, vamos aguentar, vamos fazer, fazemos, porque o querem mesmo é que a escola continue lá, que as crianças continuem a ter ensino lá, é isso que querem e a forma é a que for possível, a mais justa para o Município e a mais justa para o concelho e para as crianças e é pagar o valor justo, mas garantir o ensino a poente e parece-lhe que isto é claro. -----

----- Clarificou que as questões que o Senhor Acácio colocou da carta educativa, do concelho municipal já foi respondido na Assembleia Municipal anterior, e disse na Assembleia Municipal anterior que a carta educativa estava em conclusão de revisão, e que viria ainda ao órgão no segundo semestre, disse-o, achando que foi clara, que já estava no lado da Universidade do Porto, que a segunda revisão tinha feito connosco e que estavam em fase de conclusão e de poder trazer o documento à Assembleia.-----

----- Também disse porque é que o Conselho Municipal ainda não tinha reunido, foi explicado, tanto que veio àquela Assembleia a indicação dos membros do concelho, a nomeação do concelho e a primeira coisa que vão fazer é reunir, sendo este um dos pontos que têm que discutir, como é óbvio, porque isto é um ponto de interesse para toda a gente, toda a gente quer o melhor para o concelho, toda a gente quer ensino lá e não há dúvidas quanto a isso. Quanto à forma processual, os valores, disse que o Senhor Presidente ia responder, que a forma



Oliveira do Bairro assembleia municipal

processual são os técnicos que têm que decidir, são os técnicos que têm de fazer. A condução técnica é dos técnicos, o processo de expropriação estava em curso com advogados, no tribunal, é com eles; não é com os membros do executivo. Afirmou que não garantem prazos, o tribunal é que garante prazos, é o processo em si, têm que aguardar e há timings que têm que esperar, por muito que queiram não conseguem resolver as coisas de um dia para o outro, estão dependentes da tutela. Acrescentou ainda que a tutela já cá veio, também esta informação que queria dar, como disse na última Assembleia Municipal que tinha marcado com a DGEstE a visita às instalações, com o engenheiro, fizeram o levantamento daquilo que a DGEstE queria que nós fizéssemos como intervenção no edifício, já mandaram o relatório, já foi remetido e estão a trabalhar para que no próximo ano letivo continuem o ensino a poente. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que já tinha pouco mais a acrescentar, até porque, tal como a Senhora Vereadora referiu, muitas das questões levantadas já foram respondidas na última Assembleia e as dúvidas levantadas foram respondidas, não tendo mais nada a acrescentar. -----

----- Quis referir relativamente às obras que tem que ser efetuadas e que foram identificadas, são essencialmente nas acessibilidades, uma das situações que existem era um dos elevadores, porque um está em funcionamento, o outro não está em funcionamento, porque entenderam que não tinham essa necessidade. No que toca à parte de estruturas da cantina, disse que felizmente também já existem agora os novos modelos por causa das questões relacionadas com o tipo de equipamento que está a telhar e também já tinham detetado isso, também nas salas do edifício mais antigo que ainda tem portas em ferro, é necessário fazer a sua substituição e também ao nível da caixilharia. Mencionou que já tinham identificado isso e que os técnicos já estão a fazer orçamentação para também estarem preparados para esse investimento. -----

----- Explicou que a proposta foi o valor da avaliação que foi enviada no processo de expropriação, foi esse que foi enviado também em âmbito de negociação e nem seria de outra forma, foi esse que foi proposto às partes, e não gostaria de chamar massa insolvente, porque



Oliveira do Bairro assembleia municipal

há a massa insolvente e há obra que são os dois contrainteressados no referido equipamento.-

----- No que toca à questão dos lotes, e não chamaria lotes, deu nota de que há um, e foi claro na reunião que tiveram, pensando que o Senhor Acácio Oliveira não esteve nessa reunião inicial, quando esclareceram qual era a parte que o Município se propunha a adquirir, que estava identificada, não sabia precisar os artigos, mas foi transformado num só aquele que pretendiam adquirir e o outro a obra tratou também de identificar e de tratar. -----

----- Disse que o Município tem o acordo em vigor ainda neste momento e estava com uma base, e de acordo com os técnicos devidamente sustentada, também por causa da questão dos lotes dos artigos que estão devidamente divididos, devidamente identificados. Aliás, enviaram no processo de expropriação e na proposta que fizeram com o mapa claro e evidente daquilo que se estava a propor, porque não poderia ser de outra forma e devem ter bem essa identificação, recordando de na Assembleia ter questionado, até por causa dos levantamentos topográficos que foram exatamente para essa clara identificação por parte do Município, no que toca a essa questão. -----

----- Afirmou que a Senhora Vereadora respondeu as questões das falhas que pudessem existir na negociação particular, e deu nota que têm outra negociação a decorrer em paralelo, e ainda existia a outra hipótese, que também foi falada pelo Senhor Membro da Assembleia Álvaro Ferreira, e será a última instância, que pensa que também na última Assembleia já foi esclarecida.

----- Concluiu, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia, dizendo que tentou esclarecer todas as questões que foram levantadas. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara. De seguida, abriu o segundo período de intervenções, questionou os membros quem pretendia usar da palavra e deu a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Acácio Oliveira. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara



Oliveira do Bairro assembleia municipal

dizendo que como devia compreender a Assembleia Municipal era um órgão que quer e tem que estar necessariamente interligada com o executivo e vice versa, se não tiverem na sua posse documentação ou informação precisa sobre a condução de todo este processo, não estão aptos em qualquer momento a tomar decisões que possam surgir como imprevistas que podem aparecer, e o próprio executivo admitiu que podia, porque ainda não há uma conclusão, uma definição sobre um futuro que possa garantir que vai ser assim ou vai ser de outra maneira. ----

----- Referiu que o urbano 3189 tem trinta e quatro mil setecentos e oitenta e oito metros quadrados e tem um valor patrimonial, tem um valor matricial, portanto ao fazer-se o levantamento topográfico, o Município não quer todo este terreno, todos estes imóveis, ficando de um lado uma parte, e de outro lado outra parte, um artigo que vai dar origem a dois lotes, o A e o B e questionou se o outro ficava sem artigo. Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo que não podia ficar sem artigo e era fundamental para que o processo, se não fosse pacífico, se não fosse por via de negociação pacífica e se fosse para a litigiosa, no Código das Expropriações que é a Lei 168/69 de dezoito de setembro, era é fundamental estar este artigo, esta parcela onde se inclui todo o edificado que a Câmara está interessada, estar avaliada e inscrita, porque se assim não for, não vai, não segue, não reúne condições e são fatores que os preocupam. -----

----- Por isso, insistiu que as coisas sejam faladas, sejam informadas, para que todos os Membros da Assembleia possam dar também, se assim for necessário, o seu contributo e o seu contributo é votar sim, é estar ao lado do Executivo em todo este processo. Afirmou que se não têm documentos, e já o pediu, a bancada já os pediu, já foram informados que têm oito dias, e considerando também aquilo que estava no Código do Procedimento Administrativo, mas o próprio regimento diz que são oito dias para lhes entregar essa documentação, pediu que reinasse o bom senso e a colaboração entre o Executivo e a Assembleia, porque se assim fosse era tudo mais fácil, não andavam a pensar umas coisas e a acontecer outras, querem transparência, unicamente transparência, dizendo que não é travar, não é boicotar, não é



Oliveira do Bairro assembleia municipal

estragar, não é ir ao encontro daquilo que o Executivo e que os alunos e os pais precisam a poente, não é nada disso, nem nunca será, mas temos é que lidar convosco e vocês connosco como Membros da Assembleia com transparência, para que tudo corra bem, se assim não for e alguma coisa correr mal, não sabe quem é que vai ter que responder. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção ao Senhor Membro da Assembleia Acácio Oliveira e de seguida, deu a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Álvaro Ferreira. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – disse que havia um conjunto de dúvidas que entendia que ainda não tinham sido esclarecidas, e por isso é que as voltou a colocar no início da discussão deste ponto e por isso também é que foram colocadas também em sede da anterior Assembleia Municipal. Explicou o porquê da sua insistência, e isto era obviamente dirigido ao Executivo Municipal, que um adversário fraco enfraquece o Executivo, um concorrente burro também emburrece o Executivo e uma oposição frágil também os fragiliza, e era por isso que estavam com essa atitude de incidir sempre naquilo que era o interesse superior do concelho e dos munícipes. -----

----- Alegou que das explicações que foram dadas, aquilo que sentiram foram as intenções do Executivo Municipal, efetivamente isso foi demonstrado de forma clara, aquilo que eram as intenções a nível palpável e factual, mas daquilo que eram as garantias efetivas foram muito poucas, parecem-lhes muito poucas. Em relação primeiramente aquilo que foi o esclarecimento da Senhora Vereadora ao facto de uns terem sido, quando diz uns fala de entidades, de terem sido logo reportadas em unísono, em articulação com o Agrupamento de Escolas e a DGEstE, em detrimento de outras entidades que também têm o seu valor e disse especificamente Executivo Municipal sem pelouros e Membros da Assembleia Municipal do anterior mandato. --

----- Afirmou que foi claro e inequívoco e em detrimento a estas duas entidades que não foi dada essa informação, deu-se a informação às outras entidades que a Câmara Municipal agiu



Oliveira do Bairro assembleia municipal

ou entendeu agir logo inicialmente em concordância e de forma articulada. -----

----- Relativamente ao valor que foi apresentado, que foi o valor da expropriação, questionou porque é que logo desde o início não se ponderou a negociação com base, por exemplo, no diferencial que existiu do valor apresentado em leilão, por que é que não se avançou logo para uma negociação desse género, porque é que se esperou pela avaliação para se apresentar uma conversa baseada nos valores ressalvados por essa mesma avaliação e se o executivo municipal já recebeu resposta à proposta negocial. -----

----- A nível dos timings e dos prazos, que a única situação que foi esclarecida foi a questão da expropriação, mas realçou que faltam os outros prazos, o prazo, por exemplo do tempo ou do limite para se indicar o número de alunos pertencente ao agrupamento de escolas, a dar a informação da rede de transportes também adequada, aos espaços físicos existentes para lecionar no concelho, referindo que são esses prazos também que é preciso saberem e de forma efetiva na Assembleia se está tudo acautelado. Acrescentou que em relação à questão da requisição de bens imóveis, não houve nenhum esclarecimento, apenas houve uma enunciação da última possibilidade que a Câmara Municipal poderia encetar, não houve esclarecimento nenhum sobre qual é que era o modelo, como é que funcionava, quais são os timings, quais são os prazos para ser executado, nada disso lhes foi explicado, apenas foi enunciado que poderia ser a última tentativa por parte da Câmara Municipal em garantir o ensino na zona poente. -----

----- Recordou mais uma vez, e insistiu porque é que desde a altura da denúncia de contrato, não sabe se tão logo com a postura que a Câmara Municipal teve, de juntar com os diversos partidos políticos para conseguir encontrar uma solução, que era a solução que estava agora a ser definida neste mandato, questionou porque é que logo desde início não se começou com este processo e se esperou tanto tempo até agora. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção ao Senhor Membro da Assembleia Álvaro Ferreira e de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

seguida deu a palavra ao Membro da Assembleia, Nuno Barata. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – cumprimentou novamente todos os presentes e também quem os estivesse a acompanhar pelas redes sociais, pedindo desculpa por não o ter feito na sua primeira intervenção. -----

----- Focando-se no ponto, dirigiu-se à Senhora Vereadora Lília Ana Águas para dizer que, obviamente que não iam fazer nenhuma reflexão sobre o ensino no seu todo no concelho, mas por lapso, elencou quase todas as áreas, mas esqueceu-se de uma que lhe era querida, que era o ensino profissional, sabendo que foi um lapso, mas também têm, e ainda bem, o ensino profissional no concelho e com muita qualidade. -----

----- Aprendeu também com o ex-membro da Assembleia Municipal, Armando Humberto, que uma vez lhe disse que pergunta uma vez e o executivo não responde, volta a perguntar o executivo não responde, quer dizer que não vai responder à terceira. Mencionou que ouviu atentamente a Senhora Vereadora e havia dois aspetos que para ele eram óbvios, estavam perante uma comunicadora nato e estavam também perante a titular de um do pelouro, que no seu entendimento, por questões de estratégia, geria com muita cautela a informação. Partindo deste pressuposto que tem, obviamente também a sustentação de todos saberem o que lhes foi pedido sobre esta matéria há relativamente pouco tempo atrás, não ia perguntar, nem à Senhora Vereadora, nem à primeira pessoa que é a principal responsável, o Senhor Presidente do Executivo Municipal, nada sobre a estratégia no que tem que ver com a solução. -----

----- Deu nota que para ele a questão que era determinante terem clarificada era uma outra, e tinha que ver com o se, o que é relevante, obviamente que a solução também era muito importante, e contava voltar ao púlpito no concelho para cumprimentar o Executivo Municipal pela solução que foi encontrada, como já o fez quando o executivo à altura encontrou a solução que encontrou. Ficando isso claro, e não colocando para já nenhuma espécie de questão sobre o procedimento em causa, diria que os Senhores assumiram este processo de uma determinada



Oliveira do Bairro assembleia municipal

forma, com uma determinada estratégia de procedimento, mesmo com a Assembleia Municipal, e que o que assumem era da sua responsabilidade, do caminho, e que os Membros da Assembleia, dentro do que lhes for possível, fazem a sua parte, tentando também respeitar aquilo que é o caminho que pretenderam seguir. -----

----- Como começou no início da sua intervenção, pareceu-lhe claro que não ia haver respostas às questões que estavam a ser colocadas, e esta era uma opção e era também a responsabilidade de quem os colocou perante essa estratégia. -----

----- Pensou ser possível deixarem uma mensagem clara aos munícipes, que tem que ver com o se, e o se era simples, se toda esta estratégia que passou pelos timings e pelos caminhos que passou por algum motivo falhar, questionou se o Senhor Presidente do Executivo Municipal de Oliveira do Bairro estava em condições de garantir, neste momento, que ia haver ensino na zona daquela área territorial do concelho no próximo ano letivo. Questionou também, se por acaso, essa estratégia não funcionar, estava o Senhor Presidente do Executivo em condições de garantir aos munícipes do concelho, qual era a alternativa, em que termos, em que espaço e com que condições. Por fim, a questão que considerou ser a melhor de todas e disse que o Senhor Presidente não precisava de responder às duas primeiras, se pudesse garantir naquele dia, a ele, à Assembleia e a todos os munícipes que tem a garantia que o assunto ia ser resolvido.----

----- Para ele, individualmente enquanto Membro da Assembleia e diria para a totalidade da população do concelho de Oliveira do Bairro, uns porque são afetados diretamente, outros porque solidariamente também se preocupam com a situação de terceiros, o relevante era terem segurança no que tem que ver com as aulas dos filhos, dos que não forem filhos, familiares ou não familiares das crianças e dos jovens no concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Fez um apelo ao Senhor Presidente do Executivo Municipal, para perceber da mesma forma que também percebia alguma dificuldade que os Senhores e Senhoras tem em entender este tipo de questões que estavam a ser colocadas e foram colocadas na Assembleia Municipal.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Que percebesse também que, do lado de lá, na Assembleia Municipal, a preocupação é genuína, não é negativa, nem é no sentido da desconfiança, é só preocupação com a situação que, de facto, o impacto é muito significativo no concelho. -----

----- Terminou dizendo que naturalmente continua a contar com a Assembleia Municipal, acreditando que o Senhor Presidente da Câmara estaria em condições de poder responder às perguntas que colocou.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção ao Senhor Membro da Assembleia Nuno Barata e para concluir este período de intervenções, deu a palavra à Senhora Membro da Assembleia Ana Rita de Jesus. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – reiterou que estava bem patente que este era um assunto bastante caro, quer à Assembleia, quer ao Município, e portanto era pelo passado, que não era assim tão longínquo, de todo o processo que tem sido o ensino a poente e era certo que haveria muito a dizer, haveria muitas questões a colocar e havia muito a questionar, e até não sabendo qual seria o alcance que essas questões poderiam ter ou não ter, e que foram bastante, não ia dizer advertidos, mas foram bem aconselhados a mantermos alguma reserva, mas vão manter, vão debater, vão explicar. Referiu que aquilo que falavam de transparência, e tem sido esta a postura do Executivo, tanto era que houve até reuniões preliminares, coisa que não existia e estava na Assembleia Municipal quando houve o encerramento a poente, e nessa altura, as coisas foram um pouco mais precipitadas e aqui as coisas têm sido bem ponderadas e tem sido pensa que com bastante transparência a passar a informação porque quem está a questionar mais são os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Considerou que têm de deixar o tempo fazer o seu trabalho, porque realmente havia um processo que estava a decorrer, havia um processo que têm tido conhecimento de quais eram os trâmites, quais eram as entidades que estavam envolvidas, quais eram os timings de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

resposta e não entendia o porquê de, em público e uma vez que até já houve opção de poderem fazer estas discussões no âmbito um pouco mais reservado, de virem destabilizar. -----

----- Acrescentou que a mensagem realmente clara que tinham que passar aos munícipes era que a situação está em curso, está acautelada e está a ser trabalhada e o alinhamento das vontades das várias entidades que estão envolvidas, o agrupamento de escolas, a DGEstE, os tribunais, que tem os seus tempos de trabalho, o gestor de insolvência, o administrador de insolvência e, por isso, achava que tinham de alinhar estas vontades para que realmente houvesse uma concretização dos objetivos para implementar, que era uma solução definitiva para o ensino a poente, deixarem que passasse de uma situação temporária para uma situação definitiva, e para isso tinham de deixar o tempo correr realmente a quem de direito para tomar essas decisões, porque isso não podiam tirar, nem deixar de admitir que a tomada de decisão e as ações eram concretas para a prossecução deste objetivo.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção à Senhora Membro da Assembleia Ana Rita de Jesus. Concluído que estava este último período de intervenções por parte dos membros da Assembleia, deu a palavra ao órgão executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, para usar a palavra. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que neste período ia passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente, que ia explicar as dúvidas levantadas pelo Senhor Acácio Oliveira, depois a Senhora Vereadora Lília Ana Águas e depois concluiria. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – começou por cumprimentar todos os presentes e confessou que relativamente aquilo que o Senhor Presidente lhe pediu para explicar, não percebia muito bem a dúvida, porque o que estava à venda era um prédio urbano, o 3189, que tinha uma área definida, estava inscrito nas Finanças, registado na



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Conservatória e em termos de ser vendido. Explicou que a obra e a massa insolvente que fizeram este acordo de venda trataram da parte burocrática de o poderem fazer e, portanto, o imóvel estava perfeitamente identificado e não via qualquer dúvida neste assunto e de que maneira é que a situação do imóvel pudesse evitar a solução que vier a ser encontrada.-----

----- Disse que tinha ouvido alguém dizer que geriam a educação com cautela e esclareceu que este assunto não era gerido com cautela, era gerido com o recato necessário para ser bem tratado e isto, naquele dia, infelizmente não estava a ser bem percebido. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu a intervenção ao Senhor Vice-Presidente e deu a palavra à Senhora Vereadora Lília Ana Águas também para as suas explicações. -----

----- **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – disse que ia tentar ajudar com mais alguns esclarecimentos com as questões colocadas pelo Senhor Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira. Relativamente às questões que colocou quanto ao número de turmas e o número de alunos no ensino a poente, explicou que, neste momento, a Extensão Frei Gil funciona como extensão e, portanto, o número de turmas era definido pela Acácio Azevedo, que é a escola sede e os prazos são definidos pela DGEstE, não são do Município, são definidos anualmente e normalmente é no final de maio, mas não lhe podia garantir, porque não dependia do Município. Disse também que as turmas são estimadas com o número de matrículas que são feitas e depois da matrícula o processo seguia para a DGEstE, para ser atribuído o número de turmas e o número de alunos por turma num processo normal e habitual. Portanto, a decorrer com normalidade, mesmo não havendo autonomia do estabelecimento, mantinha-se exatamente como era feito agora e não há nem nunca se colocou qualquer problema em relação a isso, antes pelo contrário a DGEstE garantiu que tudo seria dentro da normalidade.-----

----- A questão dos transportes e do pedido de transportes também, como habitualmente, são os pais que vêm solicitar e fazer o pedido de transporte e só depois do número de pedidos é



Oliveira do Bairro assembleia municipal

que podiam enviar e fazer a organizaçã das rotas e a concessã ou nã do transporte escolar.

----- Dirigiu-se ao Senhor Membro da Assembleia tambẽ para dizer que devia ter percebido mal, que quando disse que no inÃcio deste mandato que reuniram para achar uma soluçã, clarificou que o executivo nã reuniu com os Membros da Assembleia para encontrar uma soluçã, reuniu para dar conta do trabalho desenvolvido pelo Executivo atẽ dois mil e dezassete, e voltou a referir sobre esta matãria e aquilo que fizeram, a bem da transparẽncia e das boas prãticas, foi que todos tivessem conhecimento do trabalho que o executivo estava a desenvolver nesta matãria, e em momento nenhum, naquela reuniã, reuniram para encontrar uma soluçã, disseram exatamente quais eram as soluções que o Executivo tinha optado em conjunto com a DGEstE e com o agrupamento de escolas, foi esclarecido quanto a todas as iniciativas das partes, no sentido de avançarem com as soluções, que eram 2, achando que ficou subentendido que nã fizeram nada atẽ agora quando os chamaram para fazer uma reuniã e isso nã era verdade. Afirmou que estã a trabalhar numa soluçã hã muito tempo, hã muitos meses e para a autonomia definitiva do ensino a poente estã a trabalhar hã muitos anos. -----

----- Corrigiu tambẽ que hã pouco, quando referiu o tribunal, queria referir DGAL, que era outra das entidades que tambẽ estava no processo, e quis esclarecer os Senhores Membro da Assembleias.

----- Relativamente à intervençã do Senhor Membro da Assembleia Nuno Barata, informou que naturalmente nã deixa o IPB de fora, nem se esquece nunca do IPB, mas o agrupamento tambẽ tem ensino profissional e, por isso nã deixou o ensino profissional, deixou de facto o IPB e, portanto, agradeceu a lembrança que lhe fez. -----

----- No que diz respeito ao recato ou à conduçã do processo em si, aquilo que queria dizer e nã tanto como Vereadora mas mais como muncipe, é que às vezes do lado do executivo, esta limitaçã de nã querer dizer a informaçã toda, de facto hã informaçã que nã podem passar, o RGPD obriga-os a isso e os Senhores tẽm noçã disso, tem consciẽncia disso que hã



Oliveira do Bairro assembleia municipal

informação, há reuniões, há informações que passam de uma entidade para a outra e que não podem passar para a Assembleia Municipal a menos que haja autorização do terceiro, e deu como exemplo se se tiver um email trocado com a DGEstE, não lhe podia dar o email sem autorização da DGEstE, e isto à escala e à dimensão deste processo é só para as pessoas terem noção que às vezes não dizem, porque não querem e às vezes também não dizem, porque não podem. -

----- Considerou ser importante esclarecer toda a gente que a Câmara está a fazer e a encetar todos os esforços para que haja uma solução definitiva no ensino a poente, e é com tranquilidade que estão a trabalhar, estão assegurados, são os serviços técnicos, são as entidades, são os advogados e está a ser feito pelos melhores e só querem o melhor, é isso que têm a dizer, e chamar sempre, quer a Comissão Permanente, quer os Senhores Membro da Assembleias, quer os Senhores Vereadores, a cada momento em que haja desenvolvimentos que possam prestar no momento. Referiu que a solução que todos querem é a abertura do estabelecimento, também o é da parte do Executivo e a intenção é que tudo corra pelo melhor para todos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – quis dar um esclarecimento final, porque percebeu que o Senhor Membro da Assembleia Álvaro Ferreira dizia que deviam ter encetado negociações antes de terem uma avaliação, e espera que saiba que isso era um pouco contraproducente, era um ato que não seria adequado fazê-lo na gestão autárquica, e cansaram-se de dizer que só depois da tutela, de terem os elementos que tiveram de garantia da autonomia da educação a poente é que, e aliás todos sabiam a pressão que foi efetuada para terem todo este trabalho, que depois o executivo, com este trabalho, como a Senhora Vereadora explicou, é que encetaram um conjunto de esforços. -----

----- Dirigiu-se ao Senhor Membro da Assembleia Nuno Barata, para esclarecer duas coisas, fez-lhe uma recomendação de leitura de uma ata de dois mil e dezasseis de uma Assembleia que decorreu na Associação de Beneficência e Cultura, em Bustos, aliás, e se quisesse ser um



Oliveira do Bairro assembleia municipal

pouco mais objetivo, em maio de dois mil e dezasseis, para ver a postura e atitude do Duarte Novo. Recomendou também vivamente que lesse a sua intervenção em julho de dois mil e dezoito, a altura em que propuseram o contrato de arrendamento, e recorda-se de todo um conjunto de dúvidas, um conjunto de situações que foram ali explanadas, e o Senhor questionou, questionou, questionou, e dizia que o Executivo não tinha reposta e o Executivo deu uma resposta fenomenal, concretizaram, trataram e têm lá ensino. -----

----- Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que pensava que as questões foram todas respondidas. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção ao Senhor Presidente da Câmara e questionou o Senhor Membro da Assembleia, Nuno Barata se pretendia usar da palavra para um esclarecimento. ----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara pelas recomendações de leitura e disse que nos próximos tempos, iam ter muitas leituras para fazer e não seria só ele. Quis só perguntar ao Senhor Presidente do Executivo, porque certamente por falta de tempo, não respondeu a nenhuma das suas perguntas, rigorosamente nenhuma, se também isso quisesse dizer que aquela teoria, depois da segunda vez, se não responder, não vai responder mais, ficava já garantido que não ia perguntar a terceira vez.-----

----- Questionou o Senhor Presidente do Executivo Municipal e se fosse por questões que tinham que ver com a estratégia calava-se já, mas o Senhor Presidente certamente que tomou nota das questões que colocou, e julga que não afetam o processo negocial porque têm todas que ver com o próximo ano letivo e as garantias, que era importante o Senhor Presidente do Executivo dar sobre essa matéria. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu o pedido de esclarecimento que o Senhor Membro Nuno Barata colocou



Oliveira do Bairro assembleia municipal

ao Senhor Presidente da Câmara, e de imediato deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu o uso da palavra ao Senhor Presidente e disse que ia dar a palavra ao seu colega, porque certamente daria algum esclarecimento sobre a matéria e depois também teceria mais algum esclarecimento ao senhor Membro da Assembleia. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal, **JORGE FERREIRA PATO** – lembrou que pensava ter sido audível numa das reuniões conjuntas que uma pessoa que estava ali presente disse numa das reuniões, que se a escola caísse, também tinham de por os alunos em algum lado e, portanto, obviamente que resolveriam o problema. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu o senhor Membro da Assembleia sobre as intenções e sobre aquilo que era a atitude do Senhor Presidente da Câmara e reiterou a resposta da ata de dois mil e dezoito. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – questionou o Senhor Acácio Oliveira se pretendia intervir e informou-o que tinha três minutos. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – disse que ia ser muito breve, mas muito objetivo e daquilo tudo que foi perguntado e de muitas coisas, poucas respostas vieram, mas havia uma que era importantíssima ser respondida, e também estava como o senhor Membro da Assembleia Nuno Barata, se quiser responder, responde, se não quiser, ia com a mesma dúvida, saindo com mais dúvidas do que quando entrou na Assembleia e, portanto, questionou qual ia ser o plano B.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção ao Senhor Membro da Assembleia, Acácio Oliveira e deu a palavra ao Membro da Assembleia, Álvaro Ferreira. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – questionou o Executivo Municipal, como membro



Oliveira do Bairro assembleia municipal

da Assembleia Municipal, com o papel e com as funções que lhe são consignadas, para quando é que deixava de ser o período de recato para poderem abordar as situações de forma tão clara e para os Senhores responderem de forma tão clara a tudo aquilo que foi perguntado e que não foi esclarecido, questionou qual é que era o prazo para deixarem o período de recato para exercerem as suas funções como membros da Assembleia Municipal. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção ao Senhor Membro da Assembleia Álvaro Ferreira e de imediato deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – relembrou o Senhor Membro da Assembleia Álvaro Ferreira que em dois mil e dezasseis, o recato foi tão grande que se deixou cair a situação e questionaram, questionaram, questionaram, assumindo que foi um deles e, por isso é que recomendou uma leitura atenta a uma ata de dois mil e dezasseis.-----

----- Relativamente ao plano B, e dirigiu-se ao Senhor Acácio Oliveira que já disseram o A, o B e o C, que já explanaram todos e não conseguem dizer mais nada. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, antes de concluir o ponto, quis só dar umas palavras sobre o que assistiu. -----

----- Referiu que este ponto tinha um propósito, que era discutirem o ensino a poente, entende e é compreensível que a maioria das questões se tivessem prendido com a escola, achando que foi bom um momento de reflexão e foi também por isso que incluiu o ponto, porque acha que a Assembleia não é só um órgão de fiscalização, não é só um órgão deliberativo, mas também pode ser um órgão de reflexão sobre o ensino. -----

----- Na sua opinião, ficaram um bocadinho aquém daquilo que era a sua expectativa sobre a discussão do ensino a poente, mas estava certo que isto era o primeiro passo para, no futuro



Oliveira do Bairro assembleia municipal

poderem discutir uma outra temática ou matéria de atribuição do Município, mas ainda com mais espírito, com esta aprendizagem e que seja muito mais profícua do que este ponto. -----

----- Deu nota que, porque também era importante e tinha que ser dito, porque era uma questão de justiça relativamente a este assunto do ensino a poente que o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora têm tido para com o Senhor Presidente da Assembleia, uma postura de articulação e colaboração institucional, que não tem nada a apontar, antes pelo contrário. Referiu que o Senhor Presidente lhe pediu na altura uma reunião, e disse para agilizar determinados procedimentos que eram necessário, como ter a Comissão Permanente nessa reunião, foi acedido pelo Senhor Presidente da Câmara, tiveram mais do que uma reunião sobre isso e o Senhor Presidente foi sempre dando a informação que ele entendia que poderia dar e mesmo naquele dia deu uma informação que a Senhora Vereadora já lhe tinha dito e tinha-lhe transmitido que naquela reunião iria dar essa informação a todos os Membros e, por isso também não pôde distribuir e informar os Membros.-----

----- Mencionou que de facto há uma articulação entre a Câmara e toda a Assembleia, no sentido de alcançarem o propósito que é manterem o ensino a poente naquele local, onde ele neste momento, está a ser lecionado.-----

----- Antes de encerrar os trabalhos da sessão, questionou os Senhores Membros da Assembleia, se tinham alguma oposição a que se aprovasse em minutas todas as deliberações tidas na reunião para dar seguimento aos assuntos das mesmas.-----

----- Não havendo nenhum membro que se opusesse, consideraram-se aprovadas em minuta as deliberações tomadas na sessão, agradeceu uma vez mais ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oiã, por os ter acolhido no auditório e deu como encerrada a sessão extraordinária, desejou a todos uma continuação de uma boa noite e um bom regresso a casa.